

A PAZ CONTRA O TERROR

Luiz Weis

O Estado de S. Paulo, 26 de setembro, 2001.

Tentando dar uma idéia aos americanos do que pretende a organização tida como autora dos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, o presidente George W. Bush, no seu discurso perante o Congresso, recorreu a uma inadvertida analogia. "Al-Qaeda está para o terror como a Máfia está para o crime", comparou.

A analogia é inadvertida porque, no combate à Máfia, nenhum governo obteve resultados equivalentes aos que Bush fixou na semana passada: localizar, imobilizar e derrotar os milhares de terroristas islâmicos existentes em mais de 60 países, utilizando, entre outras coisas, "toda arma de guerra necessária".

Isso é tão pouco realista como o seria a promessa de prender todos os mafiosos da América. Nos últimos 20 anos, a Máfia sofreu duras derrotas, mas não foi aniquilada. Em menos tempo, se forem capazes de distinguir o possível do desejável, de não serem tímidos, mas comedidos, e de atrair para a boa causa os governos muçulmanos que se opõem aos extremistas, os americanos poderão festejar o confinamento e a contenção do terrorismo.

Será um desfecho de dar inveja, por exemplo, aos espanhóis, que em 25 anos de democracia plena e prosperidade crescente não conseguiram livrar-se do ETA, a criminosa organização separatista basca que faz vítimas inocentes mesmo entre a população que quer tornar livre, segundo diz, e que é execrada em todas as regiões da Espanha, País Basco inclusive.

É exatamente o contrário o que acontece no mundo árabe/muçulmano em relação aos radicais islâmicos - e essa é a questão de fundo que os Estados Unidos precisam levar em conta para não fazerem a guerra errada. Da Argélia ao Paquistão, os fundamentalistas são mais respeitados do que temidos pelas massas e, de longe, mais estimados do que os governos autoritários e corruptos que são a norma nessa vasta região.

Acima de tudo, os fanáticos religiosos são admirados, até pelos não-fanáticos, porque se voltam contra os Estados Unidos. Mas os motivos do seu ódio homicida não coincidem necessariamente - salvo num ponto, como logo se verá - com os da maioria daqueles que os aplaudem. Essa é uma distinção que, por suas conseqüências práticas, não pode ser desconsiderada na luta contra o terrorismo.

Bush disse que os inimigos da América "odeiam nossa liberdade de culto, nossa liberdade de palavra, nossa liberdade de voto e nossa liberdade de discordarmos uns dos outros". É verdade, em parte. Os fundamentalistas - de todos os credos - abominam também os costumes ocidentais, a moral sexual tolerante, a autonomia e os direitos individuais, a ascensão da mulher, o cosmopolitismo da vida cotidiana, o Estado laico.

Essa aversão talvez não se transformasse em atos de insana violência se os Estados Unidos não tivessem desestabilizado, por força de sua hegemonia no plano econômico, militar, tecnológico e da cultura popular, as sociedades tradicionais regidas pelas leis do Corão. Mais ainda, se não fossem incondicionais defensores do Estado de Israel - cuja política em relação aos palestinos, quando não a sua mera existência, é anátema para quase todos os muçulmanos.

Ninguém melhor do que o falecido aiatolá Ruhollah Khomeini - o ensandecido apóstolo da revolução iraniana de 1979, que depôs o xá Reza Pahlevi e desencadeou o movimento fundamentalista em todo o Islã - soube associar as duas coisas, ao chamar os Estados Unidos de "Grande Satã" e ao convocar uma Jihad (guerra santa) contra Israel. A sua primeira vítima foi o presidente egípcio Anwar Sadat, assassinado em 1981 por ter feito a paz com os judeus (por sinal, sob o governo do ex-terrorista Menahem Beguin).

Esse é o ponto antes referido. Diferentemente dos extremistas em guerra com os Estados Unidos, as populações muçulmanas têm por esse país um misto de fascínio, repulsa e ressentimento. É uma equação muito mais complexa do que a do suposto choque de civilizações. "Os islâmicos não nos odeiam porque somos uma democracia", argumenta o arabista americano Jon Alterman. "Eles nos odeiam porque lhes parecemos indiferentes aos seus problemas e a seus sofrimentos."

O primeiro desses problemas, sem dúvida, é Israel - e as repercussões chegam a arrepiar. A jornalista italiana Elisabetta Burba conta que, em Beirute, as atrocidades do dia 11 foram festejadas nos cafés da capital libanesa pela elite local, "profissionais liberais de jaquetão, louras senhoras charmosas e adolescentes em jeans de grife". A sofisticada clientela "celebrava, rindo, aplaudindo e fazendo piadas. Ninguém parecia comovido. Estavam todos muito excitados".

Ela diz ter ouvido de um libanês moderado que 90% dos árabes achavam que os americanos haviam recebido o que mereciam. E, de outro, radical, que, "quando um povo implora por um pedaço de terra há 52 anos e só conhece derramamento de sangue, o que se pode esperar?" A questão palestina não entra nem indiretamente no discurso americano - no sentido literal e metafórico - pós-atentados. Trata-se de um erro monumental.

Não porque o fim do conflito no Oriente Médio, com a criação de um Estado palestino, desarmará o braço do terror islâmico. Os fundamentalistas consideram Israel uma profanação e são irredimíveis anti-semitas. Eles encampam e propagam todos os estereótipos racistas que o Ocidente usou secularmente contra os judeus. O seu ódio por eles só é comparável ao desprezo que lhes dedicam os ultranacionalistas israelenses. Uns e outros são a treva pura.

Mas a popularidade dos extremistas muçulmanos decerto sofreria um golpe, pavimentando o caminho para a adesão dos governos islâmicos à imprescindível frente comum contra o terrorismo, se os Estados Unidos decidissem trabalhar, sob a direção do secretário de Estado Colin Powell, pela reabertura das conversações de paz entre

israelenses e palestinos. Há quem diga que isso poderia abalar a coalisão governante em Israel, expondo o país a um novo período de instabilidade política.

Seria bom. Porque, a depender da capacidade da Autoridade Palestina de se impôr aos grupos assassinos, como o Hamas, estariam criadas as condições para a queda do primeiro-ministro Ariel Sharon - que chama o palestino Yasser Arafat de terrorista, como se ele fosse outra coisa - e a realização de eleições das quais talvez resultasse um governo propenso a dialogar com os seus vizinhos, em vez de reprimi-los.

Poucos talvez saibam quão próximos de um acordo israelenses e palestinos estiveram em agosto e setembro do ano passado, durante as 50 sessões de negociação, muitas delas clandestinas, num hotel de Jerusalém, entre o fiasco de Camp David e o início da segunda intifada, que resultou do passeio de Sharon pelas cercanias de um dos lugares mais sagrados do Islã, na Cidade Velha. Agora, mais do que nunca, a contenção do terror passa pela paz no Oriente Médio.